



## INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E O ENSINO REMOTO: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES

**Cleber Rosa Silva<sup>1</sup>**  
**Halline M. S. Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Jataí/ cleber\_silva2018@discente.ufg.br

<sup>2</sup>Universidade Federal de Jataí/ hallinemariana@ufg.br

### **Resumo:**

Este trabalho, fruto de pesquisa científica de natureza empírica, versa sobre inclusão e ensino remoto. Objetiva refletir sobre experiências relacionadas às práticas de ensino remoto no contexto pandêmico e a aprendizagem de criança com necessidade especial. Os dados são constituídos por pesquisa bibliográfica e análise de narrativas de professores, descrevendo o cotidiano de uma pedagogia remota imposta pela realidade educacional vivenciada. Os resultados mostraram as estratégias usadas para minimizar o prejuízo, bem como os desafios para viabilizar a educação remota de crianças com necessidade. Esses desafios, não se limitaram apenas ao trabalho docente, mas se estenderam a outros sujeitos, instituições e entes da federação.

**Palavras-chave:** Ensino. Políticas. Professor.

### **Introdução**

Temos muitos meios tecnológicos, entretanto esses meios não são acessíveis à boa parte da população, o que revela o problema latente atual, em que o ensino acontece em sua maioria de forma remota. Parcela considerável da população sofre em decorrência da situação econômica, agravada pelo contexto pandêmico que enfrentamos, sendo tudo isto um somatório de dificuldades em garantir que o ensino - aprendizagem aconteça. Não existe política pública para garantir às famílias menos abastadas acesso às tecnologias, e somente o empenho por parte do docente é insuficiente para que o ensino chegue a todas as crianças.

Nesse sentido, essa investigação se justifica ao buscar compreender as dificuldades enfrentadas pelos formadores em possibilitar que professores, estagiários no ensino remoto, consigam desenvolver de forma mais produtiva suas intervenções pedagógicas. São desafios decorrentes do contexto pandêmico em que uma das alternativas pedagógicas viáveis é o ensino remoto, para o qual não recebemos formação consistente. Além disso, na pesquisa bibliográfica exploratória, deparamo-nos com poucos trabalhos relacionados ao ensino remoto e de modo mais escasso ainda estudos referentes à educação, de crianças com deficiência, nesse formato de ensino, o que já era esperado devido ao fato de ser uma temática recente. Nesse cenário, de

fontes limitadas, destacamos o trabalho de Conde, Costa e Lopes (2020), que versa sobre a pandemia e faz reflexões sobre as atividades remotas no trabalho de ensinar crianças com necessidade especial. Utilizamos Costa e Silva (2020), que discorrem sobre o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência, e sobre as garantias legais dadas a esses estudantes.

O objetivo do trabalho, portanto, constituiu na reflexão sobre experiências relacionadas às práticas de ensino remoto vivenciadas na pandemia e a aprendizagem de criança com necessidade especial.

### **Metodologia**

Como caminho metodológico utilizamos a pesquisa narrativa que, conforme Paiva (2008), é “uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno” (p. 264). A pesquisa narrativa, constitui-se como método de coleta e também de análise dos dados. Em virtude do isolamento social, as narrativas foram obtidas por meio de sistema eletrônico de mensagens. Os informantes voluntários são professores que trabalharam ou trabalham no modo remoto, que possuíram ou possuem, em suas salas, alunos com necessidades especiais e que estivessem dispostos a colaborar de maneira livre.

As experiências narradas são oriundas do trabalho com crianças que apresentam necessidades especiais, em instituição escolar pública, nos anos iniciais do ensino fundamental da rede regular de ensino municipal. Registramos que a diferença geográfica dos interlocutores, bem como as diretrizes de cada estado não se constituíram objeto de análise. Analisamos excertos para compreender a experiência do ensino remoto e a inclusão no contexto integral da narrativa livre sobre a experiência no ensino remoto, visando encontrar limites e possibilidades de um fazer pedagógico possível dentro da dinâmica da realidade vivenciada.

### **Resultados e discussões**

Conde, Costa e Lopes (2020) versam sobre a pandemia e fazem reflexões sobre as atividades remotas no trabalho de ensinar crianças com necessidade especial. No artigo das pesquisadoras, é possível compreender os múltiplos desafios ao ensinar crianças com necessidade especial de forma remota. O contexto de distanciamento social e a necessidade da suspensão das aulas presenciais impõem o ensino remoto como possibilidade de se manter o vínculo com a criança. As autoras fazem uma análise crítica do ensino remoto, bem como da

exclusão devido às condições sociais dos envolvidos no processo. Entretanto, o ensino remoto foi a única alternativa viável em condições de distanciamento social. Para as autoras, é importante entender cada sistema educacional e as suas particularidades, suas condições históricas, políticas e sociais, processo fundamental para diminuir os danos causados pela pandemia. Destacam também que o trabalho deve ser colaborativo, planejado em conjunto entre professor regente e professor de apoio, disponibilizado para turma toda e complementar às atividades desenvolvidas na sala de aula quando necessário. Ressaltam a importância de um trabalho comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, sendo imprescindível entender o contexto educacional e suas peculiaridades, uma vez que crianças com deficiências e limitações são as mais atingidas e prejudicadas nesse modelo de ensino.

Costa e Silva (2020) apontam que o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência é garantido legalmente, desde a educação infantil. O objetivo desse atendimento especializado é, portanto, assegurar a inclusão escolar. Mencionam a importância da Resolução CNE/CEB nº 4 (BRASIL, 2009), a qual garante, por meio do artigo 1º, que “os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação nas classes comuns do ensino regular [...] (p. 88). Destacam ainda a importância de se viabilizar o sucesso e a permanência dessas crianças na escola, rompendo barreiras pedagógicas, físicas, arquitetônicas e atitudinais. O suporte atribuído aos estudantes com deficiência, matriculados na escola comum, é um direito garantido na legislação.

Nessa situação de pandemia, porém, ficou claro que as crianças com deficiência foram as mais prejudicadas pelo pouco ou nenhum acesso à *internet*. A escola não tem estrutura para acompanhar a criança com deficiência de forma remota, tampouco as crianças possuem aparelhos de celular ou computador em casa, o que impossibilita o ensino e amplia as desigualdades de oportunidade. A proposta de ensino remoto é feita de forma arbitrária, sem se levar em conta a situação que é real nas escolas públicas, principalmente. Infelizmente, os órgãos e sistemas de educação não consideram as desigualdades sociais existentes na sociedade. A depender do acesso à *internet* por parte da família e até do professor, o ensino caminha com maior ou menor engajamento.

A seguir destacamos o relato de um professor de escola pública regular, do ensino fundamental do interior de Goiás, que diz:

[...] A família usava o *wi-fi* emprestado do vizinho quando este ainda estava com boa vontade, logo o vizinho parou de fornecer a *internet*. Agora está muito complicado meu contato com este aluno. Ainda quando tínhamos contato, pegava a aula do professor regente e refazia, detalhando a mesma passo-a-passo, questão por questão. Fazíamos vídeo aulas e estava dando certo (Informante A, professor de apoio rede municipal, Goiás, 2021).

No relato fica evidente a necessidade de políticas públicas para dar auxílio ao aluno e professor, de forma efetiva, para que a criança não acabe prejudicada pela falta de apoio e o professor tenha como dar esse apoio.

A seguir, o relato de uma professora de escola pública regular do ensino fundamental, do Estado do Pará, que narra a realidade do seu cotidiano no ensino remoto:

[...] eu ofereço aos meus alunos o meu melhor, mas infelizmente nós não temos condições de assumir uma responsabilidade que vai além das nossas atribuições nesse momento pandêmico. Nesse momento, temos limitações sanitárias, sociais e econômicas. Essa terceira é responsabilidade do poder público. Por mais que a gente ofereça um bom serviço na modalidade remota, via plataformas digitais, alguns alunos não conseguem acessar pela falta de recursos e assistência do município (Informante B, professora regente rede municipal, Pará, 2021).

A responsabilidade pela aprendizagem das crianças não está somente a cargo do docente, mas de outros sujeitos e do poder público. As limitações sanitárias, sociais e econômicas perpassam o trabalho do docente. A responsabilidade do poder público é fundamental, principalmente no ensino remoto. As condições dadas, na particularidade histórica que vivenciamos, são as bases da pedagogia remota.

Apesar das dificuldades, estratégias são desenvolvidas pelo professor para manter o vínculo com as crianças e garantir o mínimo de prejuízo possível ao aprendizado da criança.

Eu, dentro da minha realidade, adapto atividades *on-line* e impressas para os que não conseguem acessar a plataforma. Quanto ao contato, esse se dá exclusivamente via *WhatsApp*, mas eu também não sei se essa é a melhor forma. Existem pontos positivos e negativos. [...] O que eu faço eu não acredito que seja o melhor para o desenvolvimento deles, mas são as condições que me são dadas nesse momento. A minha dica é que você ofereça o melhor, um trabalho honesto e comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos, mas que você

também reconheça que incluir é uma função social que demanda esforços coletivos. (Informante B, professora regente, Pará, 2021).

As múltiplas realidades são as bases do que denominamos nesse estudo de Pedagogia Remota, imersa em problemas da realidade cotidiana. A Pedagogia Remota, emergida no contexto de pandemia utiliza *WhatsApp*, aplicativos, plataformas digitais, entrega de atividades impressas e telefone, dentre outros meios, tentam viabilizar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. A aprendizagem fica, assim, atravessada de maneira mais evidente pelas condições materiais de existência. As condições de sobrevivência se sobrepõem ao ensino - aprendizagem, como a falta de alimentos. Se falta à família meios de subsistência, o que dizer de tecnologia. Vimos, contudo, iniciativas individuais e de instituições tentando sanar demandas emergenciais de algumas famílias, o que ameniza, mas não resolve o problema, visto que é eminentemente social.

Dentre as estratégias que identificamos nessa pedagogia remota, podemos destacar: a elaboração de atividades acessíveis em conjunto com o professor regente destinadas à turma toda, um recurso possível e que tem sido utilizado com bons resultados; a realização de atividade remota acompanhada de explicação do professor de apoio gravada em vídeo, detalhadamente, reforçando e explicando, uma estratégia também produtiva; o atendimento interativo, sanando as dúvidas, por meio de ferramentas que permitam essa interação, com resultado positivo, o que possibilita aos alunos acompanharem todos os conteúdos trabalhados pelo professor. Tudo isso permite dimensionar a evolução ou não do aluno no processo de aprendizagem vigente. Sabe-se, porém, que não se é possível alcançar a todos, devido às condições diversas já apontadas.

### **Considerações Finais**

O professor se vê muitas vezes de mãos atadas ao perceber a inviabilidade de produzir atividades que auxiliem a criança em habilidades específicas, uma vez que as atividades propostas pelo professor regente já demandam o tempo da criança. A família, por vezes, acaba por não manter, por vários fatores, uma rotina diária de estudo como ocorre na educação presencial. O acesso limitado, e até inexistente da criança à *internet*, a instabilidade do fornecimento de sinal, o pouco tempo da família destinado ao acompanhamento da criança, somado a outros fatores, compõem o cotidiano do ensino remoto narrado. A pouca interação

com a criança, que não tem como sanar as dúvidas ao realizar as atividades, a necessidade de fazer com que a criança não se disperse, que a família não desista da educação e que não sobrecarregue a criança com excesso de atividades, compõem o universo narrado.

A criança com necessidade especial é praticamente apagada no contexto da pandemia, nas ações de políticas públicas educacionais. Essa criança precisa de um acompanhamento interativo e contínuo. O comprometimento, tanto por parte do governo como por parte das secretarias estaduais, municipais e das escolas, é urgente. Traçar políticas pós-pandemia para amenizar as desigualdades é primordial. A criança com necessidade especial está sendo afetada pela pandemia de maneira acentuada. Nesse tempo todo de pandemia, mais de um ano, alguns pais realmente estiveram presentes e foram fundamentais para a realização de atividades. Outros, infelizmente, se mostraram muito evasivos e omissos no auxílio a seus filhos. Desse modo, o ensino remoto é excludente e prejudicial não só para crianças com deficiência, mas para todos que tenham poucas condições financeiras, situação escancarada pela pandemia. Assim, é urgente a vacinação dos profissionais da educação para que com todos os protocolos de segurança o atendimento presencial volte a acontecer

Para finalizar, esse estudo demonstrou que é necessário que todos se envolvam nesse processo de inclusão: familiares, professor regente, professor de apoio, coordenação, escola, governos municipal, estadual e federal. Assim será possível vislumbrar a acessibilidade de todos à educação. Não é possível que continuemos, como sociedade, a ignorar essas crianças. Precisamos exigir do Estado condições de acesso ao ensino aprendizagem de todas as crianças, adquirindo *internet* e equipamentos para que possam ter condições de acompanhar aulas remotas.

## Referências

BRASIL, CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

CONDE, Patrícia. COSTA, Amanda. LOPES, Sonia. Pandemia e atividades remotas: possibilidades e desafios para a educação especial. **Revista Cocar**, Belém, v.14, n. 30, p. 01-16, dez. 2020.

COSTA, Vanderlei Balbino da e SILVA, Halline M. S. E lá se foram quatro anos: plano nacional de educação e inclusão dos jovens com deficiência. In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. **A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural**. Paraná: Atena, 2020. cap 8, p.82 - 91.

XVII Semana de Licenciatura  
VIII Seminário da Pós-Graduação em  
Educação para Ciências e Matemática

## A Importância da Educação e da Ciência em Tempos de Crise

21 a 23 de junho de 2021

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplica**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 261-266, dez. 2008.